

MOVIMENTOS SOCIAIS



foto: Federação Única dos Petroleiros

Durante vinte dias, petroleiros e petroleiras, paralisados, enfrentaram Executivo truculento, indiferença da mídia, perversidade do Judiciário e apatia da população. Em março, nova disputa nas ruas

Greve de coragem e alto risco e a disputa nas ruas

Depois que esta edição do *Boletim Mensal* estiver concluída, será possível avaliar as manifestações do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e, logo em seguida, atentar para o que deve ocorrer no dia 15, marcado pela convocação do presidente da República por atos de rua contra o Congresso Nacional, contra o poder Judiciário e a favor do governo. Um pouco adiante, dia 18, será a vez de os servidores públicos das três esferas de governo realizarem um dia nacional de paralisação, com apoio dos movimentos sociais. Serão testes de força, nas ruas e locais de trabalho, para ambos os lados do que a mídia convencionou chamar de polarização do Brasil.

Até lá, talvez, a julgar pelos ventos que sopram neste cada vez mais estranho verão de 2020, a sensação inicial causada pela expectativa dos primeiros dias da greve nacional dos petroleiros terá sido esquecida. Ou não, a depender da possibilidade de retomada do movimento grevista junto com a mobilização dos servidores, caso tome embalo a partir dos resultados da negociação com a Petrobras, mediada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), e do estado de ânimo gerado pelas manifestações dos dias 8 e 15.

A greve da categoria petroleira, que irrompeu no dia 1º de fevereiro em protesto à demissão de mil trabalhadores e trabalhadoras e o fechamento da unidade de Nitrogenados de Araucária (PR), foi a

principal mobilização social do mês. Por sua organização e alcance (21 mil trabalhadores e 121 unidades paradas), acrescidas da dose de dramaticidade do acampamento montado por quatro dirigentes grevistas no edifício-sede da companhia, no Rio de Janeiro, e da ação criativa de venda de milhares de bujões de gás a preços subsidiados pelos sindicatos, como denúncia da política de preços da Petrobras, a greve foi uma demonstração inegável de coragem e uma aposta de alto risco.

Os grevistas e seus sindicatos não desafiaram apenas a truculência explícita do governo federal e de alguns de seus apoiadores nos executivos estaduais, que não teriam tido constrangimentos ao dizimar o movimento a tiros e cassetetes, caso julgassem oportuno. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), fruto de cisão sindical em 2006, assim como os sindicatos locais filiados, enfrentaram igualmente a indiferença da mídia comercial, que não divulgou as razões nem o cotidiano do movimento e pontualmente abriu espaço para informes rápidos sobre as decisões totalmente antissindicais e antidemocráticas do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Este, por sinal, tendo o ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho como principal avatar, representou o mais feroz e mutante inimigo.

Primeiro estrangula-se, depois...

Em decisões monocráticas, o feroz Gandra Filho determinou pesadas multas diárias de até 500 mil reais aos sindicatos, ao mesmo tempo em que suspendeu o repasse financeiro das contribuições voluntárias dos sindicalizados às entidades enquanto o movimento durasse. Mutante – ou híbrido, como os automóveis que as pesquisas da Petrobras ajudaram a desenvolver no país – o ministro depois posava de democrata ao propor-se intermediário de uma negociação entre os já cercados grevistas e a empresa, que por sua vez não fez um único gesto de conciliação durante os vinte dias de greve. Para apertar ainda mais o garrote, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, em decisão também monocrática, corroborou a postura do TST. Os petroleiros recorreram. Em vão.

A greve então foi temporariamente suspensa – condição imposta pelo TST para dar início ao processo de negociação que a empresa se recusava a abrir – após recomendação do Conselho Deliberativo da FUP ter sido aprovada em assembleias por todo o país. Nessas audiências de conciliação intermediadas pelo TST, a partir do dia 21 de fevereiro, a Petrobras insistiu em não revogar as demissões, tampouco o fechamento da fábrica em Araucária. Ofereceu benefícios adicionais, ao modo de um processo de demissão voluntária, que incluem dois anos de seguro-saúde para os que assinarem os termos, e cursos de requalificação profissional.

Quanto às punições financeiras que haviam sido determinadas pelo TST, a FUP, a FNP e os sindicatos conseguiram um corte substancial, após as rodadas de negociação. Dos 55 milhões de reais previstos pela decisão anterior, as entidades vão pagar dois milhões de reais, equivalentes à retenção das mensalidades sindicais do conjunto das entidades relativas apenas ao mês de fevereiro. O não-pagamento dos dias parados dos grevistas também teve seu impacto reduzido na mesa de conciliação, sendo restrito à metade.

Por outro lado, um desejado efeito cascata que a greve poderia ter produzido não aconteceu. Entidades sindicais, movimentos sociais, juristas e partidos manifestaram apoio, e parlamentares acionaram os três poderes em busca de intermediação.

Sem, contudo, gerar adesões ou comoção. Em entrevista ao portal da Fundação Perseu Abramo, um dos líderes acampados na sede da Petrobras, Deyvid Bacelar, havia manifestado a disposição dos grevistas de ir “às últimas consequências”. Na mesma ocasião, três dias após o início da greve, ele afirmou, entre o otimismo e o desalento: “Eu acredito que já passou da hora de a classe trabalhadora transformar todo esse sentimento de revolta e indignação, sofrimento e dor, em luta. Porque se nada for feito – e nós estamos aqui iniciando um movimento – nós veremos sim, este governo massacrar de vez a classe trabalhadora deste país”.

Nem mesmo as redes sociais associadas ou simpáticas aos sindicatos e ao pensamento progressista deram impulso significativo à greve para além dos arredores da empresa. Segundo monitoramento diário de redes, durante os vinte dias de paralisação a greve destacou-se positivamente nesse segmento das redes em apenas três momentos: quando Gleisi Hoffmann gravou vídeo em apoio, no dia 4; quando foi anunciada a presença de Lula em manifestação de apoio no Rio, no dia 7 (o ex-presidente não compareceria no dia seguinte), e no dia 19, quando divulgadas a expansão da greve para mais unidades e decisão punitiva do TST. O monitoramento citado usa quatro eixos (ou palavras-chave) para fazer o recorte da análise: Lula, PT, Bolsonaro e Lava Jato/Moro e o que estiver associado a eles a cada dia.

Racismo explícito e destruição do INSS

A competição por espaços nas redes sociais analisadas, note-se, foi acirrada no período. A greve não suplantou em compartilhamentos e publicações a presença de Democracia em Vertigem no Oscar, o encontro de Lula com o papa Francisco, o assassinato do miliciano Adriano da Nóbrega na Bahia, os ataques à jornalista Patrícia Campos Mello, o chiste de Paulo Guedes sobre domésticas e Disneylândia, nem tampouco o aniversário de 40 anos do PT, comemorado em encontro realizado não muito distante do edifício-sede da Petrobras. A greve só não passou despercebida do noticiário graças ao esforço de mídias alternativas que a apoiaram.

Outra sequência de acontecimentos que não obteve destaque à altura nas redes sociais durante o mês de fevereiro foram manifestações explícitas de racismo ocorridas em diferentes cidades do país, como espancamento de jovem na Bahia por policiais militares, ofensas a professora negra proferidas por diretora de escola no Ceará, e duas artistas negras barradas no acesso a agência bancária e no embarque em aeroporto, no Rio e em São Paulo. Casos documentados. Nenhum punido pelas leis em vigor no país. Nenhum entre os mais comentados pelas redes.

No dia 14 de fevereiro, outra ação sindical que marca o período. Protestos contra o desmonte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram realizados diante de agências do órgão, que acumula histórica e vergonhosa fila de espera para concessão de aposentadorias e perícias médicas, mais um feito da dupla Bolsonaro-Guedes. Greves de servidores, como

a dos municipais de Joinville e dos estaduais em São Paulo, em 3 de março, também procuram resistir à temporada de retirada de direitos e desmonte dos serviços públicos inaugurada pelo golpe de 2016 e aprofundada pelo atual governo.

Como sinal desses tempos sombrios, integrantes da tropa de choque da PM paulista, escudada por novas regras repressivas aprovadas por decreto do governador tucano João Dória, adentrou os corredores da Assembleia Legislativa de São Paulo e com bombas de gás e balas de borracha reprimiu duramente – o sangue pelos corpos de manifestantes exibido em imagens na tevê e nas redes comprovam – os servidores que protestavam contra projeto de reforma previdenciária, no dia 3 de março. O projeto, que aumenta tempo e alíquotas de contribuição, foi aprovado por 59 votos a 32. A vida não está fácil para os movimentos sociais.